

Desenvolvimento e Cooperação Internacional: um olhar sobre os projetos do Brasil e Estados Unidos na MINUSTAH

Development and International Cooperation: a look at the projects of the United States and Brazil in MINUSTAH

Paulo Gustavo Correa*

Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 130, mar.-abr. 2012 [p. 36 a 43]

Cooperação Técnica Internacional

A instituição formal da Cooperação Técnica Internacional (CTI) completou sessenta anos e desde sua criação, através da resolução nº200 de 1948 da Assembléia Geral das Nações Unidas, passou por diversas fases e importância nas relações internacionais. O Brasil mudou seu perfil no que se refere à CTI a partir da década de 1970 ao passar de receptor a prestador de assistência a outros países em desenvolvimento, tornando a cooperação um instrumento de grande importância na política externa nacional por possibilitar o país ampliar seu espaço no sistema internacional.

O conceito de cooperação era formado pelo tripé transferência não-comercial de técnicas e conhecimento/desnível quanto ao desenvolvimento por receptor e prestador/ execução de projetos em conjunto envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas (CERVO, p. 39, 1994). Estes elementos permitiam que a noção de cooperação fosse substituída pelo aspecto da ajuda e da assistência que se traduziria em uma prática de assistencialismo do Norte direcionado ao Sul.

A evolução do conceito de assistência para cooperação, ou seja, a passagem da ação da ajuda para a ação coordenada de dois ou mais Estados ou Organizações Internacionais que almejam atingir resultados desejados por todas as partes envolvidas, foi um processo de mais de duas décadas. Em 1978 na conferência mundial das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) foi instituída a chamada cooperação horizontal que fez do Brasil um grande prestador de assistência aos países em desenvolvimento.

O fim da Guerra Fria trouxe ao novo cenário internacional uma crise de paradigmas que afetou diretamente a CTI. De acordo com Miriam Gomes Saraiva essa crise abriu espaço para duas correntes diferentes: a inserção internacional do Brasil e a cooperação horizontal, mais especificamente a cooperação Sul-Sul. A autora afirma que,

A primeira, de caráter mais autonomista, manteve mais os elementos do paradigma globalista seguido até então. Defende uma projeção mais autônoma do Brasil na política internacional; tem preocupações de caráter político-estratégico dos problemas Norte/Sul; dá maior destaque à perspectiva brasileira de

* Mestre e Doutorando em Ciências Políticas pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e Professor no curso de Relações Internacionais das Faculdades Metropolitanas Unidas e do Centro Universitário Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (paulogustavo@hotmail.com).

participar do Conselho de Segurança das Nações Unidas; e busca um papel de maior liderança brasileira na América do Sul. O destaque que dá para a cooperação com países do Sul é evidente. A segunda, sem abrir mão das reivindicações da primeira, procura dar maior importância ao apoio do Brasil aos regimes internacionais em vigência. Defende uma inserção internacional do país a partir de uma *soberania compartilhada* e da *autonomia pela participação* (onde valores globais devem ser defendidos por todos). Busca na América do Sul uma liderança mais discreta. Em função de seu apoio aos valores da ordem internacional atual, de caráter liberal, este grupo é identificado por analistas de política externa como “liberais” (p. 46, 2007).

A política externa brasileira ao longo dos anos 1990 buscou construir uma liderança na região, variando entre as duas visões acima citadas. Porém, no governo Lula intensificou-se a busca de um papel de destaque nas relações internacionais regionais, na qual a participação militar e civil na reconstrução do Haiti se inclui.

Projetos no Haiti

A reconstrução do Haiti a partir da crise de 2004 teve como ponto de partida a construção de um inventário, o “Quadro de Cooperação Interina” (ICF), financiado pelas Nações Unidas, Banco Mundial, Comissão Europeia e Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tinha como objetivo nortear a ação internacional destacando os eixos estratégicos para reconstrução a haitiana.

O detalhamento do ICF foi elaborado em julho de 2004 após uma reunião em Porto Príncipe, de duzentos e cinquenta especialistas haitianos e internacionais. Apesar da posterior atuação do Brasil no Haiti a reunião não contou com a participação ativa de nenhum profissional brasileiro. Nela foram destacados quatro grandes eixos estratégicos apresentados a seguir e também os custos estimados da ação referentes ao biênio 2004-2006 (UN, 2008):

Fortalecimento da Governança Política e Promoção do Diálogo Nacional

- Segurança, polícia e desmobilização, desarmamento e reintegração
- Justiça, instituições penitenciárias e direitos humanos
- Processo eleitoral
- Diálogo nacional

Fortalecimento da Governança Econômica e Desenvolvimento Institucional

- Governança econômica
- Fortalecimento institucional
- Desenvolvimento regional, urbano e local e descentralização

Promoção da Recuperação Econômica

- Estabilidade macroeconômica
- Eletricidade
- Desenvolvimento do setor privado e de pequenas e médias empresas
- Rápida criação de empregos e micro-finanças
- Agricultura
- Estradas e transportes
- Proteção ambiental

Melhoramento do Acesso aos Serviços Básicos

- Ajuda humanitária de emergência e reabilitação pós-desastre
- Água e saneamento
- Saúde e nutrição
- Educação, juventude e esportes
- Cultura, imprensa e comunicações
- Segurança alimentar
- Urbanização de favelas
- Manejo de resíduos sólidos
- Redes de segurança e proteção social

Uma vez que os setores mais carentes para a reconstrução do Haiti haviam sido mapeados, restava buscar os financiadores para os US\$ 924 milhões que faltavam do orçamento inicial da ICF, de US\$ 1,37 bilhão. Para tal, ainda em julho de 2004 foi realizada a Conferência dos Doadores de Washington e o Brasil se comprometeu a ajudar não propriamente com recursos líquidos mas com cooperação técnica, que seria detalhada por uma missão multidisciplinar brasileira enviada ao Haiti e que se basearia nas áreas macro identificadas pelo ICF.

O documento se propôs a ser a base de um programa de desenvolvimento nacional que trabalharia nas necessidades prioritárias de curto e longo prazo do Haiti. Sua elaboração contou com pouca participação de haitianos e suas diretrizes estavam mais ligadas às recomendações das organizações internacionais que financiariam a reconstrução do que a uma proposta mais particular aos problemas haitianos.

De acordo com uma declaração conjunta produzida por diversas organizações da sociedade civil haitiana, a “Haitian Civil Society Organization’s Declaration on the Interim Cooperation Framework Process”, o ICF deu grande atenção ao processo de privatização de empresas estatais como forma de fortalecimento da governança econômica e pouca ênfase ao fortalecimento da estrutura e da capacidade do estado haitiano. A declaração também aponta que a elaboração do ICF não contou com uma consulta transparente e com participação representativa de haitianos, constituindo-se em “um instrumento que reforça as estruturas e formas de poder existentes” (GRASSROOT, 2008).

Em outro documento, o “Haiti Interim Cooperation Framework: what needs to change”, elaborado pela Coordination Europe-Haiti (CoE-H)¹ em julho de 2006, pouco antes da II Conferência de Doadores, foi denunciada a falta de investimentos previstos no ICF em setores essenciais para reconstrução haitiana como o da agricultura, da proteção ambiental e da criação rápida de empregos que receberam 74%, 53% e 87% respectivamente – menos recursos do que o previsto pelo ICF. O documento também ressalta a falta de transparência no seu processo de elaboração que priorizou a consulta aos setores privados haitianos em detrimento da sociedade civil como um todo.

Privatização, participação inexpressiva da sociedade haitiana em um programa para a recuperação do país são características também encontradas no “Emergency Economic Recovery Program” elaborado pelo Banco Mundial, um dos financiadores do ICF, executado à época da UNIMH em 1995. De acordo com o relatório feito pela RAND sobre a atuação dos Estados Unidos nas intervenções no Haiti em 1994/95, “um objetivo chave dos esforços dos doadores era privatizar serviços públicos, as quais haviam sido terrivelmente mal administradas” (tradução nossa, p.81).

Entendemos que o ICF se constituiu mais como um quadro de cooperação financeira do que de cooperação técnica. No entanto, esse foi o ponto de partida para os trabalhos no Haiti em 2004, inclusive os projetos brasileiros. Sua elaboração não contou com a participação do Brasil e pouco contou com especialistas representativos da

¹ Coordination Europe-Haiti (CoE-H) é uma rede de solidariedade européia e de organizações não-governamentais (ONGs) que trabalham diretamente com ONGs haitianas e movimentos sociais locais. COE-H incorpora 60 organizações em países europeus e trabalha junto com a Coordination Haiti-Europe (CoH-E), organização formada por ONGs haitianas, européias e União Européia.

sociedade haitiana e seu conteúdo esteve mais próximo à cartilha das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), como o Banco Mundial e o BID, para reconstrução de países assolados por conflitos internos, e não necessariamente próximo às peculiaridades dos problemas haitianos.

Projetos estadunidenses

Em plena Guerra Fria, o governo dos Estados Unidos da América (EUA) sob administração de John F. Kennedy entendia que a assistência prestada a outros países teria como finalidade estimular o crescimento econômico do terceiro mundo e dessa forma ser capaz de conter a ameaça comunista e promover a democracia.

Até mesmo o Secretário de Defesa dos EUA durante os anos 1961-1968, Robert Mac Namara, mencionou em seu texto “A Essência da Segurança” (1968) o tema “desenvolvimento”. De acordo com o ex-Secretário, os Estados Unidos poderiam colaborar com treinamento e equipamento para forças militares nativas em projetos que colaborassem com o desenvolvimento econômico e social das populações locais.

É dentro desse contexto que em 1961 o congresso estadunidense aprovou a “Lei de Assistência Externa” (*Foreign Assistance Act of 1961* – FAA) que deu origem à Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) que somente a partir de 1985 passou a ser denominada *United States Agency for International Development* (USAID).

Desde sua criação, a Agência passou por reformulações que repensavam a forma e finalidade da assistência prestada. A promoção da democracia esteve presente em sua agenda, principalmente a partir da Lei de Ajuda Externa de 1968, mas se intensificou a partir da dissolução do bloco soviético no início da década de 1990. Os programas da USAID no período pós Guerra-Fria contemplaram a política externa dos Estados Unidos que visava promover a democracia e o livre mercado.

O Plano Estratégico da USAID de 1997, atualizado em 2000, acrescentou outras metas além da democracia e o desenvolvimento econômico. Educação, meio ambiente, saúde e assistência humanitária são temas que se tornaram constantes na agenda da Agência. Apesar de ter sua existência algumas vezes questionada, a USAID está presente em mais de noventa países, inclusive no Haiti desde a década de 1980.

Para entendermos o perfil dos projetos que os Estados Unidos desenvolveram no Haiti, elegemos trabalhar com o *USAID Fiscal Year 1997 Congressional Presentation*, documento apresentado ao congresso anualmente referente ao orçamento da USAID em atividades de assistência humanitária, por este conter a descrição dos projetos iniciados em 1995 até 1997, anos que abrangem as intervenções militares estadunidenses no Haiti *Uphold Democracy* e UNMIH.

Os projetos destinados ao Haiti basearam-se no *Emergency Economic Recovery Program*, documento elaborado sob o comando do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1995, e tinham como objetivos principais: a construção da democracia; o estímulo ao crescimento econômico baseado na economia mundial; a proteção ambiental; o controle populacional e a proteção à saúde e prestação de ajuda humanitária.

Os projetos desenvolvidos pela USAID no período de 1995 e 1997 focalizaram suas ações e orçamento em quatro áreas: promoção de instituições mais efetivas e responsáveis e comunidades fortalecidas (US\$ 18.810.000); promoção do aumento de empregos e renda no setor privado (US\$ 16.050.000); melhorias na saúde e educação e a diminuição do tamanho das famílias (US\$ 35.480.000) e a melhora da produtividade agrícola e do setor ambiental (US\$ 9.660.000). O cumprimento destas metas tinha como claro objetivo a contenção do fluxo migratório de haitianos rumo aos Estados Unidos. De acordo com a própria USAID:

O Programa da USAID diretamente apóia os interesses nacionais dos Estados Unidos como identificado no Mission Performance Plan (MPP), promovendo desenvolvimento econômico e redução de pobreza que irá melhorar a qualidade de vida no Haiti e ajudar a consolidar a democracia do país, dessa forma melhorar as condições que contribuem para a imigração ilegal para os Estados Unidos (USAID: 2000, tradução nossa)

Projetos Brasileiros

Após a promulgação do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre os Governos do Brasil e Haiti em novembro de 2004 deu-se início a prestação de cooperação àquele país. Em 2005, a ação brasileira limitou-se a atividades pontuais como visitas técnicas e intercâmbio de conhecimentos específicos. No ano seguinte iniciaram-se projetos mais abrangentes e de curta duração em diversas áreas.

Entre projetos em execução, aprovados e concluídos, somam-se vinte quatro da ABC no Haiti desde o início da MINUSTAH. Destes, em apenas onze há possibilidade do Brasil ter apresentado elementos diferenciais, pois do montante de projetos alguns tiveram como única participação brasileira os seus financiamentos e outros foram missões de prospecção, identificação e avaliação de novos trabalhos, portanto, não apresentaram elementos pertinentes para nossa avaliação.

Dos onze projetos concluídos até 2008 que não eram missões de prospecção, capacitação ou apenas financiamento, seis eram ligados à área de segurança agrícola e de segurança alimentar. Os demais variaram seus temas em áreas como: manejo de resíduo sólido; erradicação do trabalho infantil; construção de cisternas e combate a violência contra as mulheres no Haiti².

Uma característica marcante nos projetos da ABC no Haiti é o desenvolvimento dos trabalhos através de parcerias com instituições brasileiras, haitianas e internacionais. Foram mobilizados alguns ministérios brasileiros – Trabalho e Emprego, Saúde e Integração Regional – a Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) e universidades: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Santa Maria. As parcerias haitianas foram majoritariamente provenientes de ministérios desse país (Assuntos Sociais e do Trabalho, Saúde, Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural). A respeito das parcerias com instituições internacionais, destacamos as modalidades de cooperação Sul– Sul e a triangular.

Em junho de 2003 foi assinada a Declaração de Brasília que formalizou o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). O intuito do Fórum foi de atuar em temas da agenda internacional que sejam de interesse mútuo. Entre os temas, o combate a fome teve grande destaque, dando origem ao Fundo de combate à pobreza e à fome.

O Fundo financiou o projeto de coleta de lixo na favela de Carrefour no Haiti que teve como principal objetivo fortalecer a paz no Haiti pelo oferecimento de alternativas e oportunidades de desenvolvimento sustentável. Foi considerado pelos governos dos países que compõem o IBAS como um exemplo de cooperação entre países em desenvolvimento e recebeu em dezembro de 2006 um prêmio da Organização das Nações Unidas na categoria Parceria Sul– Sul (South-South Partnership Awards).

A forma de cooperação triangular, ou triangulação, é definida pela ABC como uma modalidade de Cooperação técnica na qual dois países, ou um país e uma organização, implementam ações conjuntas com o objetivo de prover capacitação profissional, fortalecimento institucional e intercâmbio técnico para um terceiro (ABC, 2008). Essa modalidade foi interessante para o Brasil desenvolver alguns projetos sem ter que dispor de todos os recursos líquidos necessários. A Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI), a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), a OXFAM Internacional e o Banco Mundial (BIRD) foram alguns dos parceiros do Brasil em projetos no Haiti que entraram principalmente com as verbas necessárias.

Outra característica que apontamos nos projetos da ABC no Haiti é que uma das referências para sua elaboração foi a própria política pública desenvolvida pelo governo Lula. Uma das bandeiras levantadas por esse governo desde seu início em 2003 foi o combate à fome no Brasil e no mundo. Esse tema tornou-se bastante pre-

² Os detalhes dos projetos da Agência Brasileira de Cooperação no Haiti podem ser observados nos dados fornecidos pela ABC em http://www.abc.gov.br/projetos/cf_haiti.asp.

sente nas políticas públicas nacionais com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a aprovação de leis como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar. A grande repercussão internacional das propostas de erradicação da fome influenciou as diretrizes da Cooperação Internacional prestada pelo Brasil. Dessa forma, segurança alimentar e nutricional, direito à alimentação, agricultura familiar foram temas da política nacional utilizados na CI, presentes direta ou indiretamente em seis projetos no Haiti e passam a ser o ponto focal da cooperação como tentativa de otimizá-la.

Com a assinatura de alguns documentos em 2008, o Brasil fez mudanças na sua política de cooperação com o Haiti a fim de elaborar projetos menos abrangentes com relação ao seu escopo mas de prazos mais longos³. A área agrícola e de segurança alimentar passaram a ser os focos da atuação brasileira. E isso é um elemento que podemos ressaltar como diferencial na forma de abordar o problema haitiano, uma vez que o ponto focal tem seus objetivos voltados exclusivamente para o desenvolvimento social e econômico do país sem trazer nenhum tipo de benefício direto ao Brasil.

O volume de dinheiro empregado pelo Brasil é pouco expressivo quando pensamos na dimensão do problema haitiano e também quando o comparamos com o montante empregado pelos Estados Unidos no Haiti nos últimos quatro anos (ver figura 1). Desde a Conferência de Doadores para o Haiti realizada em Washington em julho de 2004, o governo brasileiro se comprometeu com a cooperação técnica e não exatamente com recursos líquidos. O investimento total dos projetos executados pelo Brasil no Haiti entre os anos de 2004 e 2008 foi de US\$ 7.013.118,90⁴. Porém, esse valor inclui o aporte do Brasil (US\$ 3.826.227,90) e de parceiros externos (US\$ 3.186.891,00). A contribuição brasileira inclui recursos financeiros para a realização de treinamentos, compra de equipamentos e insumos, aquisição de passagens e pagamento de diárias, bem como horas técnicas dos especialistas brasileiros envolvidos nas atividades de cooperação.

Contudo, ao compararmos a cooperação prestada pelo Brasil a outros países, percebemos que o Haiti se destacou na agenda de cooperação brasileira. A tabela 1 descreve o número de países e o volume de dinheiro empregado pelo Brasil em cooperação no continente africano. O montante destinado entre 2004 e 2008 a todo o continente africano é apenas 15% maior que a quantia destinada ao Haiti no mesmo período.

Tabela 1: Ações de cooperação técnica com países da África (valores executados)

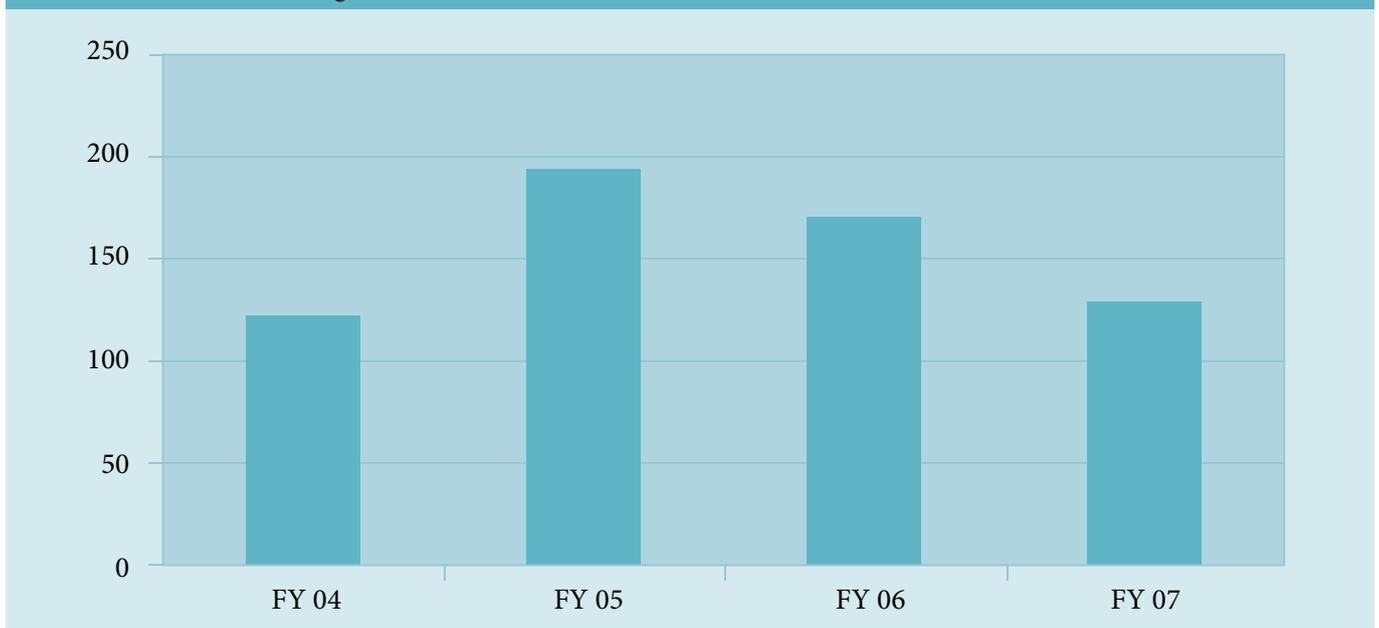
| Ano | Montante em US\$ | Nº de países atendidos na África |
|--------------|--------------------|----------------------------------|
| 2004 | 198.601,99 | 07 |
| 2005 | 525.732,23 | 11 |
| 2006 | 2.239.310,87 | 16 |
| 2007 | 1.424.810,23 | 21 |
| Total | 4.388.455,4 | |

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação

3 “Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República do Haiti e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) sobre Cooperação Técnica no Setor Agrícola; Compromisso de Cooperação entre os Governos do Brasil e do Haiti para a Elaboração e a Implementação do Programa Estratégico de Cooperação Técnica para o Triênio 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e de Agricultura; Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti sobre Cooperação Técnica no Setor Educacional.”

4 Dados fornecidos pela ABC.

Figura 1: Assistência da USAID ao Haiti em milhões de dólares



Fonte: http://www.usaid.gov/locations/latin_america_caribbean/country/haiti/

Conclusões

A cooperação brasileira prestada ao Haiti se propôs ser o “braço civil” na reconstrução do país. As outras intervenções concentravam esforços na questão da segurança e não se comprometiam com a reconstrução do tecido social haitiano. O diferencial do governo brasileiro era trabalhar os problemas relacionados à segurança junto à reconciliação política e o desenvolvimento e é justamente nesse último elemento que os projetos estariam inseridos.

Ao estudarmos os objetivos das agências responsáveis pela cooperação do Brasil e Estados Unidos, ABC e USAID, percebemos concepções diferentes de cooperação. A USAID apóia direta e abertamente os interesses nacionais dos Estados Unidos, a característica e os objetivos dos projetos estão diretamente ligados a esse propósito. Seu conceito de cooperação está próximo ao de quando a cooperação internacional foi instituída formalmente em 1948 pela ONU, ou seja, a relação entre receptor e prestador de cooperação se assemelha e se confunde com assistencialismo. Com relação ao Brasil, existe uma priorização da chamada Cooperação Sul– Sul. O objetivo principal do governo é o adensamento das relações entre o Brasil com os países em desenvolvimento, que reflete em sua projeção internacional e também na característica da cooperação prestada, dos projetos elaborados. Uma vez que esses projetos não são executados com o objetivo de responder diretamente aos interesses nacionais do prestador, eles têm maior potencial de ser mais representativos no desenvolvimento do país receptor.

Até o presente momento, a cooperação prestada pelo Brasil ao Haiti pode ter um maior significado no plano da experiência de cooperação entre países em desenvolvimento e de cooperação triangular Sul– Sul. Entretanto, no que diz respeito a respostas que os projetos do Brasil podem ter em relação ao problema haitiano, o impacto é ainda muito pouco significativo, principalmente com um volume modesto de investimento. Dessa forma, o braço forte e atuante do Brasil na reconstrução do Haiti não é o civil, e segurança mais uma vez foi a prioridade.

Referências Bibliográficas

- ABC. *Projetos Haiti*. Disponível em: http://www.abc.gov.br/projetos/cf_haiti.asp. Acesso em 3 de agosto de 2008.
- AMORIM, C. L. N. *Audiência do Ministro das Relações Exteriores*, em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, 02/12/2004.

- AMORIM, C. L. N. *Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores*, por ocasião da abertura do “Seminário de Alto Nível sobre Operações de Manutenção da Paz” 05/02/2007.
- AMORIM, C. L. N. *Entrevista diplomática*. In.: Caros Amigos, ed. 142, p. 28-31, fevereiro de 2009.
- CERVO, A. L. . (1994) *Socializando O Desenvolvimento: Uma Historia da Cooperação Técnica Internacional do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília., v. 37, n. 1, p. 37-63.
- COORDINATION EUROPE-HAITI (CoE-H). *Haiti Interim Cooperation Framework: what needs to change*. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article4940>>. Acesso em 05 de out. de 2008.
- DOBBINS, James Dobbins...[et al.] (2003) *America's Role in Nation-building: from Germany to Iraq*, Rand, <<http://www.rand.org/publications/MR/MR1753/> > Acesso em 12 dezembro de 2004.
- DOBBINS, James...[et al.] (2005) *Un's Role in Nation-building: from Congo to Iraq*, Rand. <http://www.rand.org/pubs/monographs/2005/RAND_MG304.sum.pdf > Acesso em 03 de fevereiro de 2004.
- EMERGENCY ECONOMIC RECOVERY PROGRAM. Disponível em: <<http://hartford-hwp.com/archives/43a/050.html>>. Acesso em 01 de outubro de 2008.
- GRASSROOT. *Haitian Civil Society Organizatin's Declaration On the Interim Cooperation Framework Process*. Disponível em : <<http://www.grassrootsonline.org/node/723>>. Acesso em 01 de out. de 2008.
- MINUSTAH, *United nations Stabilization in Haiti*. Disponível em: <<http://www.um.org/deps/dpko/missions/minustah/>>.
- SARAIVA, M. G. (2007) *As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007*. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 50, p. 42-59.
- USAID. *Fiscal Year 1997 Congressional Presentation*. Disponível em: <http://www.usaid.gov/pubs/cp97/countries/ht.htm>. Acesso em 01 de outubro de 2008.
- USAID. *Fiscal Year 2000 Congressional Presentation*. Disponível em <http://www.usaid.gov/pubs/cp2000/lac/haiti.html>. Acesso em 10 de outubro de 2008.
- USAID. *Haiti Strategy Statement FY 2007-2009*. Disponível em: www.hedprogram.org/Portals/0/RFA%20docs/Haiti/Haitistrategy.doc. Acesso em 01 novembro de 2008.

Resumo

O presente texto submete à crítica a proposta brasileira de criação de um novo paradigma de cooperação internacional a partir da sua atuação na MINUSTAH. Comparamos alguns aspectos dos projetos brasileiros no Haiti com os projetos estadunidenses. Foram analisados documentos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e *United States Agency for International Development* (USAID).

Abstract

This paper submits to critique the Brazilian proposal to create a new paradigm for international cooperation from its role in MINUSTAH. We compare some aspects of Brazilian projects in Haiti with U.S. projects. We analyzed documents of the Brazilian Cooperation Agency (ABC) and United States Agency for International Development (USAID).

Palavras-Chave: Haiti; Brasil; Estados unidos; MINUSTAH; Cooperação Internacional

Keywords: Haiti; Brazil; United States; MINUSTAH; International Cooperation

Recebido em 28/02/2012

Aprovado em 13/03/2012